

Cidades.

Semana de tempo chuvoso

O resto da semana deve ser de tempo instável no Estado, segundo a meteorologia. Ontem, a chuva alagou várias vias da Grande Vitória. *Página 13*

EDITORA:
ANDRÉA PIRAJÁ
apiraja@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

O POVO NAS RUAS

JUSTIÇA DECIDE PEDÁGIO MAIS BARATO POR 90 DIAS

Medida vale durante auditoria sobre o contrato com Rodosol

CLÁUDIA FELIZ
cfeliz@redgazeta.com.br

Os 77 mil usuários diários da Terceira Ponte – que liga Vitória a Vila Velha – serão beneficiados com uma redução no preço do pedágio, hoje fixado em R\$ 1,90 para veículos de passeio. A redução, com duração de 90 dias, foi determinada ontem pela Justiça, mas a tarifa que valerá durante o período só deve ser anunciada amanhã e vale apenas para a Terceira Ponte – não para a Rodovia do Sol.

A decisão deu-se por meio de liminar concedida numa ação civil pública movida há 15 anos pelo Ministério Público Estadual contra a concessão do Sistema Rodovia do Sol.

O valor – reduzido por determinação da juíza da Segunda Vara da Fazenda Pública Estadual, Heloísa Cariello – deve ser informado pela Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Estado (Arsi). A agência tem 24 horas para, a partir da sua notificação judicial, definir a nova tarifa, suficiente apenas para a manutenção da ponte.

Os promotores de Justiça Sandra Lengruher da Silva e Marcelo Lemos Vieira, que requereram a liminar, explicam que a Arsi deverá informar o novo preço à Justiça, que, por sua vez, notificará a concessionária Rodosol. Só a partir daí o novo preço poderá entrar em vigor.



NESTOR MÜLLER/ARQUIVO

Atualmente, a tarifa para automóveis é de R\$ 1,90; valor provisório deve ser anunciado amanhã

Os promotores haviam requerido auditorias contábil, jurídica, financeira, econômica e ambiental no contrato de concessão, assinado entre o governo e a Rodosol em 1998, mas a juíza só concedeu a liminar para auditorias contábil, financeira e econômica.

O Ministério Público, segundo Marcelo Lemos, de-

Comprovante para ressarcimento

« A Rodosol terá que afixar avisos informando aos usuários sobre a ação judicial e orientando para que guardem os comprovantes do pagamento do pedágio. Esse documento

será importante para efeito de um eventual ressarcimento, a ser obtido por meio de uma ação judicial, caso a auditoria no contrato indique que a cobrança da tarifa é indevida.

ve ingressar na Justiça com um recurso para que as demais auditorias sejam realizadas, a fim de utilizar os dados como prova no processo judicial que tem o mesmo tempo de existência da concessão.

Caso a auditoria conclua pela legitimidade e pela adequação da cobrança do pedágio, a Justiça garante a

prorrogação do contrato de concessão pelo mesmo período de redução da tarifa, como forma de compensação pelo valor cobrado.

POPULAR

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) foi garantido o direito de indicar um representante para acompanhar a auditoria, e, num prazo de 15 dias usuários do Sistema Rodosol especializados, preferencialmente, nas áreas contábil, econômica ou de engenharia poderão se cadastrar na Segunda Vara da Fazenda Pública Estadual para fazer o mesmo. Três pessoas, no máximo, serão nomeadas.

Os promotores Sandra Lengruher e Marcelo Lemos e o procurador-geral de Justiça, Eder Pontes da Silva, fizeram questão de frisar que o Ministério Público buscou uma solução que não trouxesse prejuízo à sociedade.

O rompimento do contrato, segundo o governo do Estado, exigiria um pagamento estimado em R\$ 549 milhões para a Rodosol. “O pedágio é pesado, influencia na cesta básica de quem usa a ponte diariamente”, diz Lemos.

Já Eder Pontes diz que o Ministério Público “jamais age mediante pressão” e não concorda com quebra de contrato. “Contratos têm que ser transparentes, e a ordem jurídica tem que ser respeitada”, comenta.

O POVO NAS RUAS

ESPECIALISTA: “TARIFA PODE SER DE R\$ 0,20”

Cálculo foi feito levando-se em consideração só custos básicos

▄ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

Enquanto durar a auditoria no contrato do governo com a Rodosol, o pedágio pode vir a custar R\$ 0,20, valor que seria destinado à manutenção da Terceira Ponte. Esse cálculo foi feito pelo engenheiro civil e consultor em transporte João Renato Prandina, que levou em consideração o que foi determinado ontem na liminar concedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual. A tarifa real será divulgada até o fim da semana.

O valor menor – explica o consultor – seria adequado para o período de 90 dias. É o tempo previsto na liminar para a realização da análise no contrato firmado entre a concessionária e o Estado.

BÁSICO

Nesse caso, está sendo considerado um plano de manutenção básico, segundo Prandina, somente com os custos básicos, como o pagamento de funcionários e de despesas com conservação, como pintura e pequenos reparos.

Os cálculos foram feitos levando-se em consideração o tráfego de veículos pela ponte, que chega a 77 mil por dia. “São mais de R\$ 450 mil por mês para custear essas despesas”, diz Prandina, um dos responsáveis pelo projeto de um

túnel que ligaria Vitória e Vila Velha, encomendado pelo governo do Estado.

Se for considerado um período de tempo maior, como os dez anos que faltam para conclusão do contrato, o valor do pedágio pode ser estimado em R\$ 0,60. A diferença entre os valores, explica Prandina, seriam os custos com material ou equipamentos para conservação, mais caros.

ILUMINAÇÃO

Não está sendo incluída na estimativa a iluminação da ponte, o que poderia causar um impacto maior no preço. A dificuldade de inclusão desse componente no cálculo é a falta de informação sobre o quanto é gasto com esse item e quem paga por ele. “Esse é um dos muitos problemas de transparência deste contrato”, pontua Prandina.

De acordo com o consultor, a planilha com a composição do valor do pedágio deveria ser pública. “Assim como o plano de manutenção, que precisa ser informado para a população”, acrescenta o consultor. A expectativa dele é de que esse plano seja entregue para à Justiça junto do novo valor do pedágio. “Será necessário apresentá-lo para justificar o valor”, acrescentou.

OPINIÃO DE USUÁRIOS



“É preciso mesmo retirar essa tarifa. Considero que a decisão tomada pela Justiça é certa, pois já pagamos muitos impostos”

FERNANDO BERÇAN
24 ANOS, TÉCNICO EM MECÂNICA



“Às vezes, o trânsito fica muito ruim com o pedágio. Acho que tem mesmo que acabar, já pagamos muito por ele, e o governo é que tem de manter a ponte”

ANDERSON GONÇALVES SILVA
35, ANALISTA DE SISTEMAS



“O pedágio deve ser reduzido até o fim da auditoria. Mas é preciso ser responsável. O pedágio não pode acabar assim, é só ver a Segunda Ponte”

ALAOR BROZEGUINI
36, TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO



“Costumo usar a ponte para visitar meu pai, que mora em Vila Velha, e acho corretíssimo reduzir o pedágio. A gente já paga impostos, e essa ponte já foi paga”

VANESSA CAVALCANTI
26, CIRURGIÃ DENTISTA

FOTOS: VITOR JUBINI

Rodosol diz que foi surpreendida por liminar

▄ A concessionária Rodosol – que administra a Terceira Ponte e 67,5km da Rodovia do Sol – afirmou ontem, por meio de nota, que foi surpreendida ao tomar conhecimento da liminar que prevê a redução do valor do pedágio, principalmente levando

em conta que a decisão suspendeu a audiência de conciliação que permitiria a discussão do tema junto a diversos atores da sociedade. O encontro seria realizado ontem.

AUTORIDADE

A empresa informa que

“respeita a autoridade judicial, mas considera que a liminar coloca em xeque, mais uma vez, a segurança jurídica no Estado diante da já atestada legalidade do contrato de concessão”.

A concessionária ainda informa que ainda não foi notificada oficialmente

sobre a liminar e aguarda a notificação para tomar as medidas judiciais cabíveis, bem como determinação da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Estado (Arsi), responsável pela regulação do contrato.

ENTENDA O PROCESSO

1998

▼ Contrato

O governo do Estado, na administração Vitor Buaziz (que era do PT, mas no final da sua gestão, migrou para o PV), assinou em 1998 o contrato de concessão, por 25 anos, do Sistema Rodosol, que inclui a Terceira Ponte e 67,5 km da Rodovia do Sol, ligando Vitória a Guarapari

Vencedora

▼ Construtora

A vencedora da licitação foi a Servix Engenharia, e a Concessionária Rodovia do Sol S/A (Rodosol) foi então criada para gerir a concessão

Investimentos

▼ Rodovia e Contorno

A duplicação do trecho da Rodovia do Sol foi concluída em 2000.

Entre 2000 e 2002, a concessionária também construiu o Contorno de Guarapari, com 28km de extensão. Coube ainda à concessionária investir na modernização do sistema operacional da ponte, arcar com sua manutenção, manter serviços de guincho, ambulância e videomonitoramento

Contestação

▼ Na Justiça

Desde 1998, o contrato de concessão é alvo de contestação judicial pelo Ministério Público Estadual (MPES)

Causas

▼ Inclusão

Os promotores questionam a encampação da Terceira Ponte sem lei autorizativa específica –

a ponte, que já mantinha cobrança de pedágio desde o governo Max Mauro, foi incluída no trecho da Rodovia do Sol para viabilizar a concessão, segundo o governo. Também é apontada a falta de estudo prévio de impacto ambiental para as obras na rodovia

Auditoria

▼ Encampação

Em 2008, diante dos congestionamentos na ponte e nos acessos à via, o governo contratou por R\$ 500 mil uma auditoria no contrato à Fundação Getúlio Vargas (FGV), que estimou em um total de R\$ 428.217.245,09 o valor necessário para retomar a concessão. Desse total, R\$ 353.500.009,51 eram por lucros cessantes

O POVO NAS RUAS

COBRANÇA SÓ POR TRECHO UTILIZADO

Promotor sugere rediscussão sobre pedágio fracionado

CLÁUDIA FELIZ
cfeliz@redgazeta.com.br

Promotor estadual de Justiça responsável pelas áreas de meio ambiente e urbanismo, Marcelo Lemos defende que a rediscussão do contrato de concessão do Sistema Rodovia do Sol envolva a avaliação de implantação de mais pontos de cobrança de pedágio ao longo de 67,5 quilômetros da Rodovia do Sol. A proposta é de que seja cobrado preço por trecho utilizado. Hoje, a concessão esta-

belece cobranças em duas praças de pedágio: uma na Terceira Ponte, em Vitória, e outra na Praia do Sol, em Guarapari, no Km 30. Na primeira, veículos de passeio pagam R\$ 1,90. Já na segunda, o preço é de R\$ 7,20 para carros do mesmo padrão.

GRÁTIS

Em grande parte do trecho da concessão, mesmo usufruindo da pista duplicada, da sinalização e dos serviços de atendimento,

CONTRATO

2023

prazo
É o ano em que o contrato de concessão com a Rodosol vencerá.

como guincho, ambulância e videomonitoramento, mantidos pela concessionária Rodosol, usuários não



Ao longo de 30km da Rodovia do Sol, não há ponto de cobrança de pedágio

pagam por nenhum pedágio. É o que acontece com que circula, por exemplo, entre Itaparica e Barra do Jucu, Ponta da Fruta e Praia do Sol. Por dia, no trecho onde não há cobrança, segundo o promotor Marcelo Lemos, circulam 50 mil condutores de veículos.

INJUSTIÇA

Para Lemos, há injustiça na forma de cobrança atualmente em vigor, implantada desde 1998, quando foi feita a assinatura do contrato

de concessão entre o governo e a Rodosol.

“A lei de mobilidade fala em justiça da cobrança. São Paulo instalou um sistema ponto a ponto, onde as pessoas pagam pelo trecho que utilizam”, diz ele, ressaltando que as cidades – Vila Velha e Vitória – mudaram nos últimos 15 anos, tempo de operação da concessão.

Ele explica que a auditoria pode mostrar como o contrato da concessão deve ser melhorado, dentro dos aspectos legal, econô-

mico e financeiro. “A auditoria pode favorecer um redesenho na instalações das praças de pedágio, readequando o contrato da concessão. O contrato é ilegal no aspecto da forma da cobrança. Hoje, uns pagam, outros não pagam. Uns pagam mais, outros menos. Muitos usuários da Terceira Ponte, embora paguem, não usam parte da Rodovia do Sol diariamente. As pessoas têm que pagar pelo que usam”, diz o promotor de Justiça.

Governador: “Decisão reafirma auditoria”

VITOR JUBINI - 15/03/2011

Para o governador Renato Casagrande, a liminar concedida pela Justiça reforça a auditoria que vai ser realizada no contrato firmado entre a Rodosol e o Estado. “A decisão da Justiça fortalece a auditoria. Já havíamos dito que ela é o caminho adequado para verificar se há irregularidades e ilícitudes no contrato. E pode apontar soluções definitivas para este debate”, assinalou.

Também sai fortalecida, na avaliação de Casagrande, a tese dos deputados estaduais contrários ao decreto legislativo proposto pelo deputado Euclério Sampaio, de suspensão do contrato com a Rodosol e, por consequência, a suspensão também



Casagrande diz que medida mantém relação contratual

do pedágio. “A decisão altera o valor, mas preserva a relação contratual”, diz.

Segundo Casagrande, até o final da tarde de ontem, o governo ainda não havia sido notificado pela

Justiça sobre a decisão. Mas adiantou que já solicitou à Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo (Arsi) que faça o novo cálculo do pe-

dágio. O valor será apresentado amanhã. “A partir daí, a Justiça vai nos orientar sobre a aplicação deste novo valor”, assinalou.

O governador negou que tenha conversado com o Judiciário sobre o assunto. “Não há a menor condição de conversar sobre esse assunto”, assinalou.

Ontem, o governo enviou para o Tribunal de Contas do Estado (TCES) toda a documentação relativa ao contrato com a Rodosol. O material será utilizado na realização da auditoria.

O TCES também oficiou o Ministério Público Estadual (MPES) para que formule, em até dez dias, os pontos a serem analisados pela auditoria.

MP quer discussão sobre obras no Cauê

O Ministério Público quer que as obras de abertura da Praça do Cauê, em Vitória, com ordem de serviço autorizada, e da Praça de Pedágio de Vila Velha – ainda não licitada – sejam discutidas, antes, ouvindo-se governo, prefeituras de Vitória e Vila Velha, promotora e comunidades.

O promotor de Justiça Marcelo Lemos diz que moradores da Praia de Santa Helena, onde está a Praça do Cauê, rejeitam a abertura do espaço de lazer para favorecer o trânsito entre a Terceira Ponte e a Reta da Penha. Já promotores de Vila Velha temem que a nova praça de pedágio, com 14 cabines, piore o trânsito no local.

Lemos diz que um procedimento foi aberto no MP para que as prefeituras façam seus planos de mobilidade. “Vamos tratar com prefeituras e governo as questões da ponte, do aquaviário, do BRT – corredor exclusivo para ônibus –, da Praça do Cauê, da praça de pedágio da ponte, pensando a Grande Vitória e não cidades isoladamente”, diz.

Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas, Fábio Damasceno diz que o governo está aberto à discussão e que já apresentou o plano de mobilidade ao Ministério Público. Ele garante que as obras vão melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O POVO NAS RUAS

FIM DA OCUPAÇÃO SERÁ DECIDIDO COM DEPUTADOS

Manifestantes têm reunião com parlamentares antes de sessão

LELÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Os manifestantes que ocupam a Assembleia devem decidir, até as 8h de hoje, uma hora antes do início da sessão na Casa, se deixam ou não o prédio. A ocupação já dura oito dias e um grupo de 15 deputados se recusa a ir à sede do Legislativo enquanto os manifestantes permanecerem no local.

Ontem à noite, deputados que compõem a Mesa Diretora da Assembleia apresentaram a uma comissão formada por integrantes do movimento a tese de que a aprovação do projeto de decreto legislativo que acaba com o pedágio na Terceira Ponte iria de encontro à liminar que determina a redução da tarifa na via.

“Essa comissão vai levar aos manifestantes nossa tese de que temos que respeitar e confiar na Justiça porque ela é maior que nossa decisão. Não podemos tomar uma decisão paralela”, afirmou o presidente da Assembleia, Theodorico Ferraço (DEM). “Se os manifestantes concordarem, termina a ocupação”, acrescentou.

O grupo que está acampado na Assembleia teria reuniões à noite e hoje pela manhã, com deputados, para decidir se acata a proposta. Para a sessão de hoje eles planejam novos protestos.

OAB E MPES

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Espírito Santo (OAB-ES), Homero Mafra, também falou com os manifestantes durante a reunião e explicou os efeitos da decisão judicial de ontem. O chefe do Ministério Público Estadual, Eder Pontes, foi outro que marcou presença.

A Mesa Diretora já informou que não pretende pedir reintegração de posse para retirar os cerca de 100 manifestantes à força. Eles estão em um espaço anexo ao antigo restaurante, no segundo andar.



Grupo que ocupa a Assembleia prepara cartazes para fazer hoje mais um protesto nas galerias do plenário

FOTOS: VITOR JUBINI



SITUAÇÃO

“O Judiciário já deu decisão pela suspensão parcial do pedágio. É sinal de que nós estamos no caminho certo”

GILSON LOPES (PR)
DEPUTADO ESTADUAL

“Não quero fazer crítica aos colegas que não estão aqui. É um direito deles, mas depois serão julgados”

HÉRCULES DA SILVEIRA (PMDB)
DEPUTADO ESTADUAL

Parlamentares faltam à sessão e são alvo de mais críticas

Os deputados ausentes, que alegam falta de segurança na Assembleia devido à ocupação de manifestantes, foram alvos de críticas dos colegas na sessão de ontem. Um dos discursos mais contundentes foi o de Roberto Carlos (PT).

“Nesses dias muito tem se falado em responsabilidade. Quem fala de responsabilidade que seja responsável e libere os deputados para votar. Vamos parar de brincadeira, de separar os deputados. Não podemos permitir que o Legislativo



Roberto Carlos: “Vamos parar de brincadeira”

sangre”, afirmou.

Cláudio Vereza, líder da bancada petista, lembrou que na antiga sede da As-

sembleia, na Cidade Alta, não havia a estrutura que há no atual prédio, com vidros reforçados e galerias

em outro andar. “Havia protestos e ninguém faltava”, argumentou Vereza. Roberto Carlos aproveitou e mostrou uma foto do plenário anterior.

“Não quero fazer crítica aos colegas que não estão aqui. É um direito deles, mas depois serão julgados”, alfinetou Hércules da Silveira (PMDB).

Hércules foi o único deputado peemedebista presente. Os outros foram a uma reunião na Fundação Ulisses Guimarães, que é do PMDB, com os demais deputados faltosos.

O presidente da Assembleia, Theodorico Ferraço (DEM) compareceu à Casa e também à reunião. “Foi

bom para acalmar os ânimos. A interpretação é que isso foi uma rebelião contra uma falta de atitude minha (sobre os manifestantes), mas é preciso cautela”, afirmou Theodorico.

Na reunião os deputados voltaram a afirmar que só voltam à Assembleia depois que a ocupação acabar. “Quem tem segurança não pede reforço policial”, questiona Elcio Alvares (DEM). “Não estamos com medo, queremos apenas ter garantido o direito de votar. É só lembrar como foi a sessão em que Gildevan pediu prazo para relatar”, completou. Nesse dia, a PM teve que agir para impedir a invasão do plenário.

Manifestantes convocam deputados por “torpedos”

Os manifestantes que ocupam a Assembleia Legislativa convocaram os deputados estaduais que apoiam o projeto de decreto legislativo, de autoria de Euclério Sampaio (PDT), que pede a suspensão do pedágio, para uma reunião às 8h de hoje. A intenção do grupo é forçar a

votação da proposta na sessão que acontece em seguida, às 9h.

Ainda na sessão de ontem, alguns deputados receberam mensagens por celular, enviadas pelos manifestantes fazendo a convocação. “A bancada do PT já se mostrou favorável ao decreto, reafirma-

mos o apoio novamente e devemos conversar com os manifestantes”, disse Claudio Vereza, líder dos petistas na Casa.

Com a reunião pouco antes da sessão, os manifestantes pretendem exercer uma última pressão sobre os deputados favoráveis ao projeto, para que

eles convençam os demais a participarem da sessão, havendo assim, quórum para votação.

É preciso que ao menos 16 estejam presentes, além do presidente do Legislativo. Ontem o painel eletrônico chegou a registrar 13. O ponto dos deputados só é cortado após

três ausências.

Em nota, o Conselho Estadual de Direitos Humanos manifestou “estranhamento” à alegação de falta de segurança por parte dos faltosos e defendeu a posição da Mesa Diretora em dialogar com os manifestantes, “garantindo o direito à manifestação pacífica”.

O POVO NAS RUAS

FIM DA OCUPAÇÃO SERÁ DECIDIDO COM DEPUTADOS

Manifestantes têm reunião com parlamentares antes de sessão

LELÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Os manifestantes que ocupam a Assembleia devem decidir, até as 8h de hoje, uma hora antes do início da sessão na Casa, se deixam ou não o prédio. A ocupação já dura oito dias e um grupo de 15 deputados se recusa a ir à sede do Legislativo enquanto os manifestantes permanecerem no local.

Ontem à noite, deputados que compõem a Mesa Diretora da Assembleia apresentaram a uma comissão formada por integrantes do movimento a tese de que a aprovação do projeto de decreto legislativo que acaba com o pedágio na Terceira Ponte iria de encontro à liminar que determina a redução da tarifa na via.

“Essa comissão vai levar aos manifestantes nossa tese de que temos que respeitar e confiar na Justiça porque ela é maior que nossa decisão. Não podemos tomar uma decisão paralela”, afirmou o presidente da Assembleia, Theodorico Ferraço (DEM). “Se os manifestantes concordarem, termina a ocupação”, acrescentou.

O grupo que está acampado na Assembleia teria reuniões à noite e hoje pela manhã, com deputados, para decidir se acata a proposta. Para a sessão de hoje eles planejam novos protestos.

OAB E MPES

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Espírito Santo (OAB-ES), Homero Mafra, também falou com os manifestantes durante a reunião e explicou os efeitos da decisão judicial de ontem. O chefe do Ministério Público Estadual, Eder Pontes, foi outro que marcou presença.

A Mesa Diretora já informou que não pretende pedir reintegração de posse para retirar os cerca de 100 manifestantes à força. Eles estão em um espaço anexo ao antigo restaurante, no segundo andar.



Grupo que ocupa a Assembleia prepara cartazes para fazer hoje mais um protesto nas galerias do plenário

FOTOS: VITOR JUBINI



SITUAÇÃO

“O Judiciário já deu decisão pela suspensão parcial do pedágio. É sinal de que nós estamos no caminho certo”

GILSON LOPES (PR)
DEPUTADO ESTADUAL

“Não quero fazer crítica aos colegas que não estão aqui. É um direito deles, mas depois serão julgados”

HÉRCULES DA SILVEIRA (PMDB)
DEPUTADO ESTADUAL

Parlamentares faltam à sessão e são alvo de mais críticas

Os deputados ausentes, que alegam falta de segurança na Assembleia devido à ocupação de manifestantes, foram alvos de críticas dos colegas na sessão de ontem. Um dos discursos mais contundentes foi o de Roberto Carlos (PT).

“Nesses dias muito tem se falado em responsabilidade. Quem fala de responsabilidade que seja responsável e libere os deputados para votar. Vamos parar de brincadeira, de separar os deputados. Não podemos permitir que o Legislativo



Roberto Carlos: “Vamos parar de brincadeira”

sangre”, afirmou.

Cláudio Vereza, líder da bancada petista, lembrou que na antiga sede da As-

sembleia, na Cidade Alta, não havia a estrutura que há no atual prédio, com vidros reforçados e galerias

em outro andar. “Havia protestos e ninguém faltava”, argumentou Vereza. Roberto Carlos aproveitou e mostrou uma foto do plenário anterior.

“Não quero fazer crítica aos colegas que não estão aqui. É um direito deles, mas depois serão julgados”, alfinetou Hércules da Silveira (PMDB).

Hércules foi o único deputado peemedebista presente. Os outros foram a uma reunião na Fundação Ulisses Guimarães, que é do PMDB, com os demais deputados faltosos.

O presidente da Assembleia, Theodorico Ferraço (DEM) compareceu à Casa e também à reunião. “Foi

bom para acalmar os ânimos. A interpretação é que isso foi uma rebelião contra uma falta de atitude minha (sobre os manifestantes), mas é preciso cautela”, afirmou Theodorico.

Na reunião os deputados voltaram a afirmar que só voltam à Assembleia depois que a ocupação acabar. “Quem tem segurança não pede reforço policial”, questiona Elcio Alvares (DEM). “Não estamos com medo, queremos apenas ter garantido o direito de votar. É só lembrar como foi a sessão em que Gildevan pediu prazo para relatar”, completou. Nesse dia, a PM teve que agir para impedir a invasão do plenário.

Manifestantes convocam deputados por “torpedos”

Os manifestantes que ocupam a Assembleia Legislativa convocaram os deputados estaduais que apoiam o projeto de decreto legislativo, de autoria de Euclério Sampaio (PDT), que pede a suspensão do pedágio, para uma reunião às 8h de hoje. A intenção do grupo é forçar a

votação da proposta na sessão que acontece em seguida, às 9h.

Ainda na sessão de ontem, alguns deputados receberam mensagens por celular, enviadas pelos manifestantes fazendo a convocação. “A bancada do PT já se mostrou favorável ao decreto, reafirma-

mos o apoio novamente e devemos conversar com os manifestantes”, disse Claudio Vereza, líder dos petistas na Casa.

Com a reunião pouco antes da sessão, os manifestantes pretendem exercer uma última pressão sobre os deputados favoráveis ao projeto, para que

eles convençam os demais a participarem da sessão, havendo assim, quórum para votação.

É preciso que ao menos 16 estejam presentes, além do presidente do Legislativo. Ontem o painel eletrônico chegou a registrar 13. O ponto dos deputados só é cortado após

três ausências.

Em nota, o Conselho Estadual de Direitos Humanos manifestou “estranhamento” à alegação de falta de segurança por parte dos faltosos e defendeu a posição da Mesa Diretora em dialogar com os manifestantes, “garantindo o direito à manifestação pacífica”.

O POVO NAS RUAS

GRUPO FAZ VIGÍLIA NA PORTA

Manifestantes temem que local seja alvo de ação policial

LEANDRO NOSSA
lnoessa@redgazeta.com.br

Há exatamente uma semana ocupando a Assembleia Legislativa, o grupo de cerca de 100 manifestantes do movimento que ganhou o nome de #OcupaAles mostra contornos de grande organização interna e de autonomia sobre o espaço que ocupa.

Até uma Comissão de Segurança foi criada para que os membros do grupo revezem em uma espécie

de vigília noturna na porta do espaço em que ocupam. No início da ocupação, segundo um manifestante que não quis se identificar, havia o temor de uma possível ação policial. Por isso, enquanto uns dormem, outros ficam atentos ao que pode acontecer no prédio.

O grupo prefere não manifestar que possui lideranças, mas tem uma comissão de articulação, que se reuniu com a Mesa

Diretora ontem e organiza as negociações. A comunicação com a imprensa e com o público em geral também é peculiar. Eles utilizam diversos meios próprios, como um canal de vídeo, em que divulgam os seus comunicados e produzem seu próprio telejornal. Na rotina diária, eles mesmos fazem a limpeza do cômodo que ocupam – anexo ao restaurante desativado –, cozinham as próprias refeições, ti-



Cerca de 100 pessoas ocupam a Assembleia Legislativa há mais de uma semana

REPRODUÇÃO/INTERNET

ram o lixo e ainda lavam as roupas fora da Casa.

EVENTOS CULTURAIS

Durante os sete dias de ocupação, o movimento já promoveu eventos culturais, como palestras e oficinas circenses. Ontem, uma mostra de vídeo foi realizada no local. A intenção, segundo eles, é levar o debate cultural à Casa e fomentar as discussões políticas no grupo.

Alguns servidores da

Casa reclamam da autonomia que eles possuem no local e chegam a citar a realização de festas e churrascos com bebidas alcoólicas como uma afronta. Alguns servidores também reclamam de uma moldura que foi danificada no gabinete da presidência e das chaves que sumiram das portas.

Para o manifestante ouvido pela reportagem, o que é dito por alguns servidores é uma tentativa de desesta-

bilizar o grupo e não passa de boatos. Segundo ele, há uma boa relação com os funcionários, que foram recepcionados com um café da manhã feito pelos ocupantes na segunda-feira. Ontem, circularam pela Casa pessoas com sacolas com mantimentos. Outras chegavam com caixas de som para uma festa realizada à noite. A intenção deles é ter a força da organização interna para pressionar os deputados na sessão de hoje.

CENAS DOS DIAS DE PROTESTOS



▲ Protesto exibido na fachada da Assembleia

A fachada do prédio da Assembleia também serviu como meio de manifestação. Um projetor direcionado para o topo do prédio exibia o clamor do grupo pelo fim do pedágio.



▲ Jornal na internet tem até apresentadores

Os próprios manifestantes realizam uma espécie de telejornal. Nele, fazem entrevistas com quem está na ocupação e passam os informes do movimento.



▲ Sala vira despensa de alimentos doados

Em uma dessas entrevistas, é possível perceber uma espécie de despensa de alimentos, fruto de doações. Ontem, pessoas circularam no prédio levando mantimentos para o grupo.



▲ Palestras e oficinas para ocupar manifestantes

No domingo, um evento denominado 'Ocupa Cultural' foi realizado, com palestras, debates e oficinas culturais. Ontem, a agenda continha uma mostra de vídeos.



▲ Dança de rua ganha espaço no Facebook

Em um desses eventos culturais, os manifestantes mostraram habilidades com a dança de rua e o 'break', realizados dentro da ocupação. Oficinas da dança também foram realizadas.

“Dilma da Assembleia” relembra ocupação

DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Quando cerca de 100 manifestantes ocuparam a galeria da Assembleia Legislativa para pressionar a votação do Decreto Legislativo que propõe o fim do pedágio na Terceira Ponte, no último dia 2, Dilma estava acompanhando. Quando o deputado estadual Gildevan Fernandes (PV) pediu

vistas do processo e os manifestantes decidiram partir para o gabinete da presidência, ela estava dentro do local e viu tudo de perto.

Dilma Layber, coordenadora especial do gabinete da presidência da Assembleia Legislativa do Estado (Ales), era uma das seis pessoas que estavam dentro da presidência da Casa no mo-

mento em que o local foi ocupado por manifestantes. Ela acompanhava a sessão por um circuito interno de som, que transmite o que se passa no plenário para outras áreas da Assembleia.

"Na hora que o deputado Gildevan disse que ia pedir vistas para analisar o processo mais profundamente, eu falei: 'Isso não

vai dar certo. Eles não vão para o plenário, eles vêm para cá'", relembra ela.

Há oito anos e quatro meses trabalhando na Assembleia Legislativa, Dilma confessa que nunca viu um movimento parecido no local antes. "Quando quebraram a primeira porta, de vidro, tranquei a segunda porta, de madeira, e descemos pelo



Dilma Layber trabalha na Presidência da Casa

VITOR JUBINI

elevador. Ficamos no subsolo, onde estava a PM e não tivemos escolha".

Apesar da confusão, ela se mostra à favor do movimento que tomou as ruas. "Devemos sempre reivindicar dias melhores, um país melhor para nós e para nossos filhos".

gazetaonline.com.br

/política. Confira o vídeo da entrevista com a coordenadora do gabinete da presidência da Casa

O POVO NAS RUAS

GREVE GERAL SUSPENDE AULAS NA REDE ESTADUAL

Professores, bancários, médicos e Justiça vão parar amanhã

ELTON LYRIO
emorati@redgazeta.com.br

Os alunos da rede estadual serão dispensados das aulas amanhã por causa da greve geral convocada pelas centrais sindicais. Os professores já haviam sinalizado a adesão ao movimento, e o governo do Estado confirmou que a indicação é liberar as aulas amanhã.

Segundo a subsecretaria de movimentos sociais da Casa Civil, Leonor Araújo, o objetivo é manter os serviços essenciais – especialmente os de saúde – em funcionamento. “Há um indicativo para dispensar as escolas por causa dos problemas com o transporte público”, destacou.

A direção do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Espírito Santo (Sindirodoviários), uma das principais categorias que aderiram ao movimento, não definiu se parte da frota vai circular, como costuma ocorrer durante greves da categoria. Bancários, servidores públicos e até médicos e dentistas já afirmaram que vão paralisar as atividades amanhã.

As centrais sindicais estimam que um milhão de trabalhadores vai cruzar os braços. No caso dos médicos que atuam no serviço público, devem ser mantidos apenas os serviços de urgência e emergência. Consultas

serão remarçadas.

O dia de greve deve ser marcado por diversas manifestações. Haverá concentrações do movimento estudantil às 7h, na Ufes, em Goiabeiras e no Ifes, em Jucutuquara. Um encontro com diversas categorias está marcado para as 11h, na Assembleia Legislativa.

FUNCIONAMENTO

Apesar do clima de incerteza, lojas, supermercados e shoppings afirmam que vão manter o funcionamento normal nesta quinta-feira. Segundo a Associação Capixaba de Supermercadistas (Acaps), a orientação é fechar as lojas apenas se houver protestos próximo aos estabelecimentos.

A Federação do Comércio também orientou que os estabelecimentos abram em horário normal. Mas o sindicato dos trabalhadores pediu liberação por causa da adesão dos rodoviários. Bancos também prometem abrir, apesar de os trabalhadores do setor confirmarem adesão.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) publicou no Diário Oficial de ontem que não haverá expediente em todo o Judiciário capixaba. O mesmo vai acontecer com os cartórios e com o Tribunal do Trabalho (TRT).

DÚVIDA



“Ainda não sei o que fazer. Mesmo se tiver como ir trabalhar, pode não ter ônibus para voltar. Acho que não vão colocar carro para buscar os funcionários”

LAERTE FELISBERTO
32, PEDREIRO

PROTESTO JUSTO



“Os protestos e a greve demoraram a acontecer. É justo. Como não vou ter como chegar ao trabalho, acho que vou ficar em casa mesmo”

REGIANE RODRIGUES
35, FUNCIONÁRIA DE SUPERMERCADO EM ITAPOÃ

SEM OPÇÃO



“Minha empresa vai disponibilizar vans para buscar a gente no terminal. Mas se não tiver ônibus, fica impossível chegar lá”

SUELI SAMPAIO
28, MORA EM CARIACICA E TRABALHA EM ITAPARICA

Sindicatos vão até o governador

Representantes das Centrais Sindicais reuniram-se ontem com o governador Renato Casagrande e confirmaram que irão ao Palácio Anchieta amanhã para entregar a pauta do movimento.

Segundo José Carlos Nunes, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-ES), a reunião foi convocada pelo governador para conhecer as reivindicações, o trajeto e oferecer segurança à manifestação.

“Essa foi uma iniciativa do governador. Fizemos questão de mostrar que o movimento será pacífico”, disse. Nunes afirmou que o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Pedro Valls Feu Rosa também receberá a pauta junto com o governador.

Antes da reunião, durante um evento do setor supermercadista, Renato Casagrande disse defender o diálogo. “Nosso papel é manter uma relação republicana. Temos que aproveitar essa energia para mediar e avançar de maneira mais rápida”, frisou. (com informações de Abdo Filho)

Sindicato não garante 30% dos ônibus

Quem depende de transporte público na Grande Vitória deve se preparar, pois o dia amanhã promete ser de muito sufoco. Com a greve geral, os serviços serão paralisados a partir da meia-noite de hoje, e o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Espírito Santo (Sindirodoviários) não garante qual será o percentual da frota que

vai circular. A decisão será tomada somente amanhã, no dia da paralisação.

LEI

Vale lembrar que, de acordo com a Lei nº 7.783/89, a Lei de Greve, em situações de paralisação, serviços essenciais – como é o caso do transporte público devem manter pelo menos 30% do efetivo em funcionamento.

O Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitanas da Grande Vitória (GVBus) esclareceu que não foi oficialmente notificado pelo Sindirodoviários sobre a paralisação de amanhã, conforme prevê a legislação que regula o direito de greve no país.

A notificação deveria ter sido feita 72 horas antes do movimento.

RAIO-X DA GREVE

Setores

▼ Ônibus

O Sindicato dos Rodoviários não garante nem 30% da frota nas ruas. Estão previstas movimentações nas portas das empresas para chamar colegas para a greve

▼ Professores

Tanto o Sindiupes, que representa os trabalhadores da educação pública, quanto o Sinpro, das

particulares, confirmaram adesão ao movimento

▼ Construção civil

Trabalhadores também prometem movimentação na porta das empresas para incentivar a greve

▼ Servidores

O Sindipúblicos, que representa servidores de diversas autarquias e secretarias de Estado, exceto as que têm sindicatos próprios,

afirmou que vai parar

▼ Médicos e dentistas

Prometem manter apenas serviços de emergência nos hospitais e postos de saúde públicos. Consultas serão remarçadas

Funcionamento normal

▼ Shoppings

Norte Sul, Mestre Álvaro, Praia da Costa e Vitória informaram, por meio

das assessorias, que vão funcionar em horário normal

▼ Bancos

A Associação de Representantes de Bancos do Estado (Arbes) informou que o expediente será normal. Porém, o Sindicato dos Bancários diz que a categoria vai aderir à greve geral

▼ Comércio

A orientação é que abram em horário

normal. O sindicato dos comerciários quer a liberação da categoria por causa da adesão dos rodoviários

▼ Supermercados

Funcionam em horário normal, devendo fechar só em caso de protesto nas respectivas regiões

Não funcionam

▼ Escolas estaduais

Segundo o governo, os alunos serão liberados por conta da adesão dos

rodoviários

▼ Tribunal de Justiça

Não haverá expediente em todo o Judiciário capixaba amanhã

▼ Cartórios

Por conta da suspensão do expediente no TJES, esses locais também não funcionarão

▼ TRT

Suspendeu o expediente e os prazos processuais previstos para amanhã por conta das manifestações